

**Aula 00 - Prof. Ricardo
Torques e Equipe CPC**
*SME São Lourenço da Mata-PE -
Legislação Específica - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
**Carla Abreu, Equipe Direito
Constitucional Estratégia
Concursos, Mariana Paludetto de
Andrade, Ricardo Torques**
11 de Julho de 2024

Sumário

Direitos Fundamentais	5
1 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	5
Conselho Tutelar.....	11
1 - Atribuições do Conselho	11
Legislação Destacada e Jurisprudência Correlata.....	15
Resumo	17
Considerações Finais	19
Questões Comentadas	19
Lista de Questões	52
Gabarito.....	67



APRESENTAÇÃO DO CURSO

LEGISLAÇÕES FEDERAIS

Tenho a felicidade de apresentar a você o nosso **Curso de Legislações**, voltado para o cargo de **Área da Educação** para o concurso da **Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata - PE**.

Vejam os a ementa do edital:

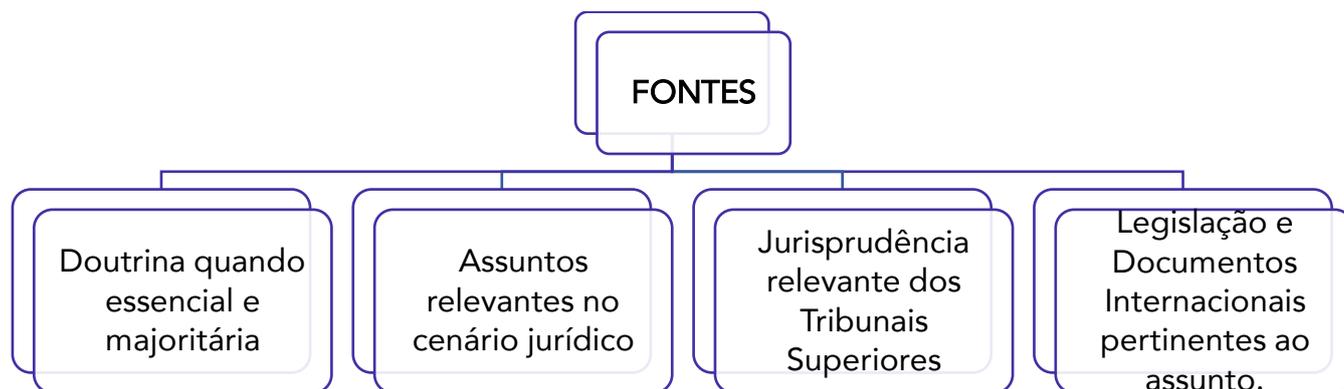
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Artigos 53 a 59 e 136 e 137. Lei nº. 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Os assuntos serão tratados para atender tanto àquele que está iniciando os estudos na área, bem como àquele que está estudando há mais tempo. Os conceitos serão expostos de forma didática, com explicação dos institutos jurídicos e resumos da jurisprudência, quando importante para a prova.

Vejam os a metodologia do nosso curso.

METODOLOGIA DO CURSO

Podemos afirmar que as aulas levarão em consideração as seguintes "fontes".



Para tornar o nosso estudo mais completo, é muito importante resolver questões anteriores, para nos situarmos diante das possibilidades de cobrança. Traremos questões variadas para demonstrar como o assunto pode ser cobrado em provas.



Essas observações são importantes, pois permitirão que, dentro da nossa limitação de tempo e com máxima objetividade, possamos organizar o curso de modo focado, voltado para acertar questões de primeira fase.

Esta é a nossa proposta!

Vistos alguns aspectos gerais da matéria, façamos algumas considerações acerca da **metodologia de estudo**.

As aulas em *.pdf* tem por característica essencial a **didática**. Ao contrário do que encontraremos na doutrina especializada, o curso todo se desenvolverá com uma leitura de fácil compreensão e assimilação.

Isso, contudo, não significa superficialidade. Pelo contrário, sempre que necessário e importante os assuntos serão aprofundados. A didática, entretanto, será fundamental para que diante do contingente de disciplinas, do trabalho, dos problemas e questões pessoais de cada aluno, possamos extrair o máximo de informações para hora da prova.

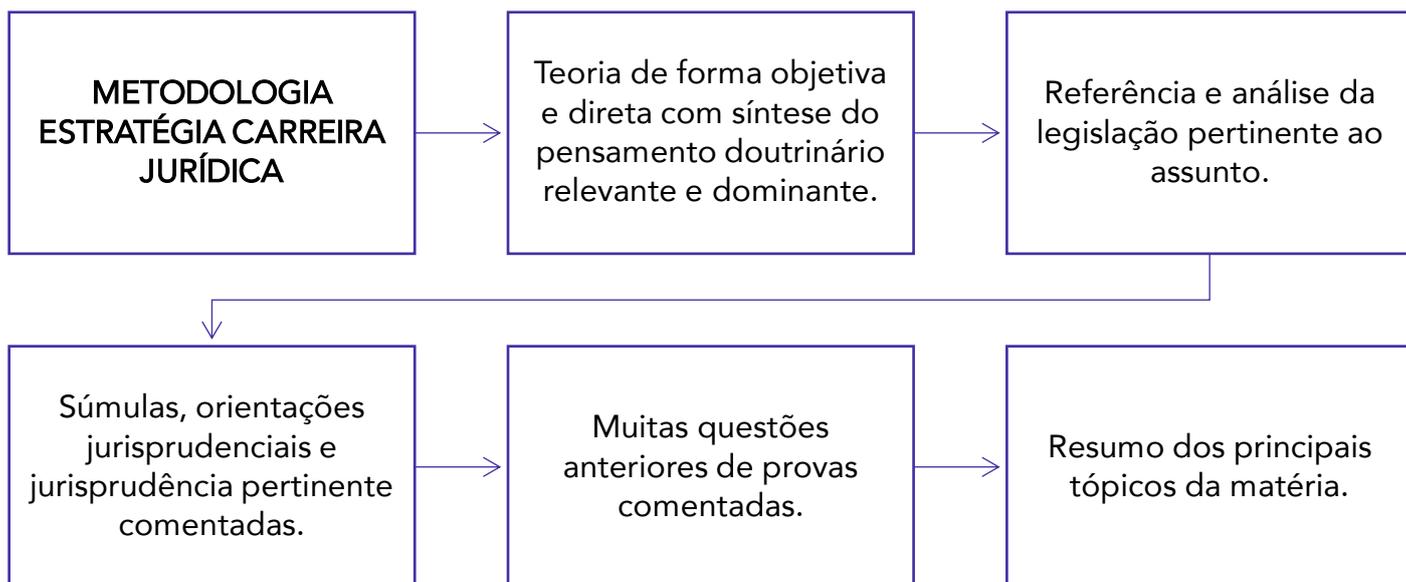
Para tanto, o material será permeado de **esquemas, gráficos informativos, resumos, figuras**, tudo com o fito de “chamar atenção” para as informações que realmente importam.

Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma **preparação completa, sem necessidade de recurso a outros materiais didáticos**.

Finalmente, destaco que um dos instrumentos mais relevantes para o estudo em *.pdf* é o **contato direto e pessoal com o Professor**. Além do nosso **fórum de dúvidas**, estamos disponíveis por **e-mail** e, eventualmente, pelo **Instagram**. Aluno nosso não vai para a prova com dúvida. Por vezes, ao ler o material surgem incompreensões, dúvidas, curiosidades, nesses casos basta acessar o computador e nos escrever. Assim que possível respondemos a todas as dúvidas. É notável a evolução dos alunos que levam a sério a metodologia.

Assim, cada aula será estruturada do seguinte modo:





APRESENTAÇÃO PESSOAL

Por fim, resta uma breve apresentação pessoal. Meu nome é Ricardo Strapasson Torques! Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual.

Estou envolvido com concurso público há 07 anos, aproximadamente, quando ainda na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1º e 9º Regiões. Atualmente, trabalho exclusivamente como professor.

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concurso, com foco na elaboração de materiais em *pdf*. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Legislação, Direito Eleitoral e Filosofia do Direito.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com



ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nessa aula vamos abordar o seguinte tópico do edital:

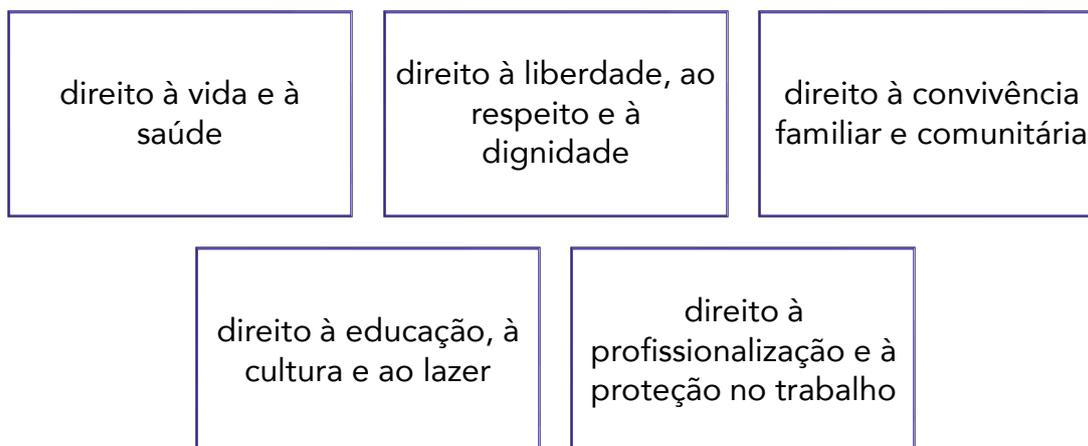
Lei n.º 8.069, de 13/07/1990, artigos 53 a 59 e 136 a 137.

É importante destacar, também, que essa parte da matéria teve diversos dispositivos alterados recentemente pelas Leis n. 13.509, de 2017 e n. 13.715, de 2018, os quais, com certeza, poderão ser objeto de cobrança na sua prova. Portanto, fiquem atentos!

Bons estudos a todos!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em relação aos Direitos Fundamentais, o ECA distribui o assunto em 5 pontos:



A fim de tornar nosso estudo dinâmico, vamos trazer a legislação, destacando os direitos elencados, contudo, sem deixar de abordar as principais normas para a prova.

Vamos lá!

1 - Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Em relação ao direito à educação, o ECA assegura:

↳ igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.



- ↳ direito de ser respeitado por seus educadores.
- ↳ direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- ↳ direito de organização e participação em entidades estudantis.
- ↳ acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, com vagas no mesmo estabelecimento que seus irmãos.

Veja do art. 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm **direito à educação**, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no **mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem** a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É **direito dos pais ou responsáveis** ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Destaco o inciso V, alterado pela Lei 13.845/2019, o qual prevê que será garantido à criança e ao adolescente acesso à escola pública e gratuita, próxima da residência e, aqui reside a novidade, em mesmo estabelecimento que seus irmãos frequentem. Fique atento a essa mudança!

Ainda em relação ao direito à educação, o ECA estabelece que é dever do Estado garantir:

- ↳ **ensino fundamental, obrigatório e gratuito**, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- ↳ **progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade** ao **ensino médio**;



- ↳ atendimento educacional **especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;**
- ↳ atendimento **em creche e pré-escola** às crianças de **zero a cinco anos de idade;**
- ↳ acesso aos **níveis mais elevados do ensino**, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- ↳ oferta de **ensino noturno regular**, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- ↳ atendimento, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Vejamos uma questão que cobra o art. 53:



(CESPE - 2017) À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990 — e da CF, julgue o item seguinte.

Situação hipotética: Paula, que tem doze anos de idade e é aluna do sétimo ano do ensino fundamental, discordou dos critérios de avaliação propostos pela professora de sua classe durante uma avaliação da aprendizagem. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o ECA, se houver recusa da referida professora em rever os critérios de avaliação, Paula terá direito de contestar os critérios avaliativos no conselho de classe da escola.

Comentários

A assertiva está **correta**. De acordo com o art. 53, III, da Lei n.º 8.069/90, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes **direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.**

Para finalizar, vejamos o art. 53-A, introduzido no ECA pela Lei n.º 13.840/2019:

“Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de **conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.”**

Trata-se de um dispositivo bastante direto, que informa ser dever da instituição de ensino, clubes ou agremiações recreativas adotar medidas de conscientização sobre a dependência de drogas



ilícitas. A ideia do dispositivo é informar e prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes, assim, as escolas ou qualquer forma de clube ou associação recreativa devem fazer campanhas para conscientizar, prevenir e enfrentar o problema do consumo de drogas.

Agora, leia o art. 54, do ECA:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - **ensino fundamental, obrigatório e gratuito**, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - **progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio**;

III - atendimento educacional **especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino**;

IV - atendimento em **creche e pré-escola** às crianças de **zero a cinco anos de idade**;

V - acesso aos **níveis mais elevados do ensino**, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de **ensino noturno regular**, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é **direito público subjetivo**.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa **responsabilidade da autoridade competente**.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela **frequência à escola**.

Do rol acima, extraímos que o **ensino fundamental** é **obrigatório e gratuito**, constituindo direito público subjetivo de todas as crianças e adolescentes, sob pena de responsabilização da autoridade competente. Em relação ao **ensino médio**, fixa-se o dever de implementá-lo **progressivamente** de forma obrigatória a todos.

↳ **Período Integral** - O STJ decidiu que o Estado não é obrigado a fornecer vagas de período integral para todos os alunos.



↳ **Reserva do Possível** - de acordo como STJ o ente deverá demonstrar a efetiva inviabilidade orçamentária não sendo suficiente a mera alegação. Ainda que não seja possível, por exemplo, a construção de uma creche o Estado deverá suprir a necessidade de vagas fazendo convênios com outros Municípios ou com entidade particular, pois de acordo com o STF direito fundamental garantido constitucionalmente deve ser cumprido, não se permitindo a alegação de Reserva do Possível para se furtar da obrigação.

Em relação aos pais, fixa o ECA que eles têm o dever de matricular os filhos no ensino regular. Além disso, se no ambiente escolar forem identificadas situações de maus-tratos, faltas injustificadas, evasão escolar ou repetência, tais informações serão repassadas ao Conselho Tutelar.

O descumprimento do dever jurídico de matricular o filho na escola pode caracterizar crime de abandono de intelectual previsto no art. 246 do CP.

Recentemente o STF firmou tese jurídica que afirma não ser possível a educação em casa (homeschooling) à luz do direito positivo brasileiro. Veja abaixo:

Tema 822 do STF "Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira".¹

Veja:

Art. 55. Os pais ou responsável têm a **obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.**

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental **comunicarão ao Conselho Tutelar** os casos de:

I - **maus-tratos** envolvendo seus alunos;

II - **reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar**, esgotados os recursos escolares;

III - **elevados níveis de repetência.**

¹ RE 888815, Min. Relator Roberto Barroso, Relator(a) p/ Acórdão: Min. Alexandre De Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 12/09/2018





(IBFC - 2021) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) aborda os direitos fundamentais. Acerca do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, previsto no ECA, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

() A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes direito de organização e participação em entidades estudantis.

() É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V
- b) V, F, F
- c) F, F, V
- d) F, V, F
- e) F, V, V

Comentários

Vamos analisar cada afirmativa:

A primeira assertiva está correta. Trata-se da literalidade do art.53-A do ECA.

A segunda afirmativa também está correta. É importante estudar os incisos do art. 53 pois são muito explorados nas questões:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)



A terceira afirmativa também está correta. Trata-se do parágrafo único do art. 53 do ECA que garante aos pais o direito de participar nas definições das propostas educacionais e o direito de ciência do processo pedagógico. Esse dispositivo também tem sido muito explorado em provas, portanto atenção.

Assim, a **alternativa A** é o gabarito da questão.

No que diz respeito à cultura, valores culturais, artísticos e históricos serão levados em consideração no processo educativo. Além disso, o Poder Público deverá implementar políticas públicas na área cultural.

Confira os dispositivos finais do tópico:

Art. 57. O poder público estimulará **pesquisas, experiências e novas propostas** relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os **valores culturais, artísticos e históricos** próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Vamos seguir em frente, agora, com a análise do último grupo de direitos fundamentais abordados pelo ECA:

CONSELHO TUTELAR

1 - Atribuições do Conselho

O conselho tutelar teve o rol de suas atribuições expandida pela Lei Henry Borel veja o texto do art. 136

Art. 136. São **atribuições** do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;



II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;



XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;

XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XVI - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas;

XVII - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;

XVIII - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;

XX - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Sintetizamos, na sequência, as atribuições do Conselho Tutelar:



ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

- ↪ Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de situação irregular;
- ↪ Atender e aconselhar os pais ou responsável;
- ↪ Promover a execução de suas decisões;
- ↪ Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- ↪ Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- ↪ Providenciar a medida de proteção, estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional;
- ↪ Expedir notificações;
- ↪ Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- ↪ Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- ↪ Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de comunicação social da Constituição Federal;
- ↪ Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- ↪ Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas para identificação da agressão e à responsabilização do agressor;
- ↪ Prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;
- ↪ Representar para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima;
- ↪ Representar para requerer concessão de medida protetiva de urgência ou revisão daquelas já concedidas;
- ↪ Representar para requerer a ação cautelar de antecipação de produção de prova
- ↪ Receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
- ↪ Receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciantes;
- ↪ Representar para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante.

Pela relevância do assunto vamos fazer alguns comentários sobre as novas atribuições:

Caberá ao Conselho Tutelar buscar ações articuladas e efetivas para a identificação e responsabilização do agressor além de atender com agilidade a criança e o adolescente vítima de violência doméstica e familiar. Veja que a lei prevê ações articuladas, assim cada ator atuará no limite de sua esfera de competência.

O Conselho Tutelar deve atender as crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência doméstica e familiar orientando e aconselhando sobre seus direitos e realizando os encaminhamentos necessários.



Caberá ao Conselho tutelar a representação, para as autoridades competentes em cada caso, para a adoção de diversas providências, vamos destacá-las:

- Afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima
- Concessão de medida protetiva de urgência
- Revisão de medida protetiva de urgência já concedida
- Propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova
- Requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante

Quanto as informações prestadas pelos denunciante ou notificantes caberá ao Conselho Tutelar recebê-las, tomar as providências que estejam dentro da sua esfera de competência e encaminhá-las a quem de direito quando necessário.

O poder decisório do Conselho Tutelar é relevante e somente poderá ser revisto pela autoridade judiciária, caso haja provocação por intermédio de processo judicial.

LEGISLAÇÃO DESTACADA E JURISPRUDÊNCIA CORRELATA

↳ art. 136 do ECA – atribuições do conselho tutelar.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;



VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no *art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal* ;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;

XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;

XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XVI - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas;

XVII - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;

XVIII - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou



privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;

XX - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

RESUMO

Para finalizar o estudo da matéria, trazemos um resumo dos principais aspectos estudados ao longo da aula. Sugerimos que esse resumo seja estudado sempre previamente ao início da aula seguinte, como forma de “refrescar” a memória. Além disso, segundo a organização de estudos de vocês, a cada ciclo de estudos é fundamental retomar esses resumos. Caso encontrem dificuldade em compreender alguma informação, não deixem de retornar à aula.

- DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

↳ igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

↳ direito de ser respeitado por seus educadores.

↳ direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

↳ direito de organização e participação em entidades estudantis.

↳ acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, com vagas no mesmo estabelecimento que seus irmãos.

↳ **ensino fundamental**, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;



- ↳ **progressiva** extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao **ensino médio**;
- ↳ atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, **preferencialmente** na rede regular de ensino;
- ↳ atendimento **em creche e pré-escola** às crianças de **zero a cinco anos de idade**;
- ↳ acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- ↳ oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- ↳ atendimento, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

- CONSELHO TUTELAR

- ↳ Atribuições do conselho tutelar

- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de situação irregular;
- Atender e aconselhar os pais ou responsável;
- Promover a execução de suas decisões;
- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- Providenciar a medida de proteção, estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional;
- Expedir notificações;
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de comunicação social da Constituição Federal;
- Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas para identificação da agressão e à responsabilização do agressor;
- Prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;



- Representar para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima;
- Representar para requerer concessão de medida protetiva de urgência ou revisão daquelas já concedidas;
- Representar para requerer a ação cautelar de antecipação de produção de prova
- Receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
- Receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciantes;
- Representar para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do estudo do ECA. Foi uma aula tranquila e que trouxe informações muito importantes para a prova.

Excelentes estudos e até o próximo encontro.

Ricardo Torques



rst.estrategia@gmail.com

[@proftorques](#)

QUESTÕES COMENTADAS

FCC

1. (FCC / SEDU ES - 2022) Murilo é um adolescente de 15 anos que cursa o 1º ano do Ensino Médio. Ele é um aluno que participa muito das aulas, realizando perguntas aos professores e trazendo experiências de seu cotidiano com a intenção de exemplificar sua compreensão sobre o que está sendo estudado. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a escola e seus profissionais devem

A) desconsiderar os exemplos de Murilo, pois não tratam do currículo formal.

B) ouvir os exemplos de Murilo e colocá-los em conversa com os assuntos tratados na escola.



- C) explicar para Murilo que o conteúdo tratado na escola se diferencia de sua experiência na vida pessoal.
- D) solicitar que Murilo leia mais e realize pesquisas para problematizar suas opiniões.
- E) convocar a família de Murilo para entender a origem de suas experiências.

Comentários

A **alternativa B** está correta. No processo educacional deve-se respeitar o contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os **valores culturais, artísticos e históricos** próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

2. (FCC/Pref. Recife - 2022) NÃO faz parte das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- B) Suspender ou destituir o poder familiar encaminhando a criança ou o adolescente para a medida de adoção conforme as orientações do cadastro nacional de adoção vigente no país.
- C) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- D) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- E) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Comentários

As competências do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136 do ECA. Vejamos:

Art. 136. São **atribuições** do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:



a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;

XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;



XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XVI - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas;

XVII - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;

XVIII - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;

XX - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

A **alternativa A** está correta. Trata-se do inciso IV do artigo acima transcrito.

A **alternativa B** está incorreta. A suspensão ou destituição do poder familiar só ocorre por ato judicial. Vejamos o art. 148, parágrafo único, "b" do ECA que prevê a competência da Vara da Infância e da Juventude quando houver ameaça ou lesão a direitos da criança ou adolescente.

Art. 148. Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:



b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda.

A **alternativa C** está correta. Trata-se do inciso VIII do artigo acima transcrito.

A **alternativa D** está correta. Trata-se do inciso XII do artigo acima transcrito.

A **alternativa E** está correta. Trata-se do inciso IX do artigo acima transcrito.

3. (FCC/TJ-MA - 2019) De acordo com a legislação, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Faz parte da atribuição desse órgão

- a) prestar assistência direta às crianças, aos adolescentes e suas famílias.
- b) constituir-se como um programa de atendimento às crianças e aos adolescentes.
- c) configurar-se como executor da prestação direta de serviços necessários à efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
- d) caracterizar-se como uma entidade de atendimento direto, pelo fato de ser um órgão autônomo e não jurisdicional.
- e) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. O Conselho Tutelar, de acordo com o inciso III do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá requisitar determinados serviços públicos:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

As **alternativas A, C e D** estão incorretas pois o Conselho Tutelar age comumente como intermediador das necessidades da criança e do adolescente e demais órgãos.

A **alternativa B** está incorreta. Como apontado pelo comando da questão, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não tendo natureza jurídica de programa de atendimento.

4. (FCC/ TRT-1ªR - 2016) As decisões dos Conselhos Tutelares poderão ser



- a) executadas com representação ao Poder Executivo.
- b) por ele executadas, requisitando serviços públicos de saúde e educação.
- c) executadas mediante representação ao Ministério Público.
- d) revistas por ato da autoridade do Poder Executivo.
- e) executadas com requisição de serviços públicos de qualquer natureza.

Comentários

No caso de descumprimento injustificado das deliberações do Conselho Tutelar, o órgão deve representar junto à autoridade judiciária competente e fim de promover a execução das suas decisões. É o que consta no art. 136, do ECA.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

VUNESP

5. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Entre as atribuições do cargo de Auxiliar de Atendimento Educacional (AAE), está a de criar um ambiente de acolhimento, que dê segurança e confiança às crianças, garantindo-lhes oportunidades para o seu desenvolvimento integral. Nessa perspectiva, encontramos no art. 18 da Lei nº 8.069/90 (ECA) que "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor". Levando-se em conta tanto a alegada atribuição do cargo quanto o que está disposto no art. 18 da Lei nº 8.069/90, quando houver conflitos ou problemas de disciplina entre alunos, o AAE deverá, como primeira medida,

- a) escutá-los e principiar um diálogo, buscando compreender o ocorrido.
- b) repreendê-los na frente de todos os colegas e direcioná-los, em seguida, à diretoria.
- c) criticá-los verbalmente e mantê-los longe uns dos outros, evitando que conversem entre si.
- d) avisar rapidamente os alunos envolvidos no conflito de que o ocorrido será, de imediato, reportado aos pais.
- e) chamar um professor para que este, no gozo de sua autoridade, censure verbalmente os alunos e decida qual punição dar a eles.

Comentários



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. A questão é puramente interpretativa: ao estabelecer uma relação dialogada, permitindo a escuta, o auxiliar de atendimento educacional respeitará os alunos, eventualmente em conflito, e, desse modo, permitirá seu pleno desenvolvimento.

As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas, pois não apresentam medidas respeitosas de lidar com os alunos.

6. (VUNESP/Pref. Piracicaba - 2020) Conforme o artigo 53 da Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. De acordo com o inciso V desse mesmo artigo, é assegurado à criança e ao adolescente o acesso à escola pública e gratuita,

- a) na instituição de ensino e no horário escolhidos pela família, desde que a instituição esteja localizada na cidade de residência do aluno.
- b) próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- c) em jornada de tempo integral, a ser garantida até o ano de 2024, além do acesso a material didático e alimentação durante o tempo de permanência na escola.
- d) bem como a garantia de transporte escolar gratuito a todos os educandos da educação básica que residam a mais de um quilômetro e meio de distância da escola.
- e) sendo asseguradas vagas no mesmo estabelecimento exclusivamente a irmãos gêmeos ou irmãos de criança com deficiência, menores de 12 anos, desde que estejam matriculados no mesmo ciclo do ensino fundamental.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos a disposição do art. 53, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

7. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) Mirela, aluna do 6º ano de uma escola de Itapevi, procurou a diretora para conversar sobre três assuntos:



- a. que a diretora converse com a professora de Geografia, tendo em vista que ela está desrespeitando um aluno de forma recorrente;
- b. questionar os critérios avaliativos das provas adotados pelo professor de Matemática;
- c. propor a organização de um grêmio estudantil.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- a) os três pedidos de Mirela são procedentes e a diretora pode acatá-los porque estão assegurados pela Lei nº 8.069, de 1990 (ECA).
- b) Mirela está equivocada, pois seus pedidos não estão garantidos por nenhuma lei, e os dois primeiros desrespeitam o poder de liderança do professor.
- c) a Lei nº 8.069, de 1990 (ECA), não menciona a possibilidade de os alunos organizarem entidades estudantis, tampouco de questionarem procedimentos de avaliação dos docentes.
- d) o professor não pode ter os critérios de avaliação de provas questionados, mas a formação do grêmio estudantil é possível, pois é respaldada pela Lei nº 8069, de 1990 (ECA).
- e) a forma como o professor trata o aluno faz parte de sua metodologia de ensino, não cabendo interferências. Os dois outros pedidos poderão ser atendidos, em função da Lei nº 8.069, de 1990 (ECA).

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 53, ao tratar sobre o direito à educação, prevê diversas garantias às crianças e adolescentes. Vejamos o dispositivo e a possibilidade de Mirela ter seus pedidos atendidos pela diretora:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.



As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas pois todos os pedidos poderão ser realizados por Mirela e atendidos pela diretora.

8. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que está de acordo com os artigos 53 e 54 da Lei Federal nº 8.069, de 1990, (Eca).

a) Júlia, uma criança de 8 anos com deficiência visual, foi impedida de ser matriculada em uma escola regular, porque o atendimento educacional para portadores de deficiência só pode ser feito em escola de educação especial.

b) Kleber, aluno de 13 anos, foi suspenso de uma escola regular por criticar o critério de avaliação do professor de História.

c) Suzana, uma adolescente de 14 anos, estuda em uma escola pública bem distante de sua residência, porque ao matricular-se foi informada de que não podia estudar na escola pública próxima a sua casa.

d) Orestes tem 17 anos e trabalha durante a noite. Ao buscar matricular-se no curso noturno, foi impedido por ser muito jovem.

e) Maíra tem 15 anos e espírito de líder. Organizou em sua escola um grêmio estudantil e constantemente faz reuniões com os colegas e com a direção para atuar nas melhorias da unidade escolar.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O ECA, no inciso III do art. 54, estabelece como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A **alternativa B** está incorreta. O art. 53, III do Estatuto assegura à criança e ao adolescente o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

A **alternativa C** está incorreta. De acordo com o art. 53, inciso V do Estatuto: *"A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."*

A **alternativa D** está incorreta. O art. 54, VI do ECA prevê que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador (Orestes).

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar sobre o direito à educação no art. 53, assegura o direito de organização e participação em entidades estudantis.



Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

9. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90) determina que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. A lei diz que o governo precisa controlar quantas crianças estão na escola, fazer a chamada todos os dias e, junto como os pais, cuidar para que a criança não fique faltando à aula. Em seu artigo 56, afirma que os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

- a) elevados níveis de repetência.
- b) comparecimento reiterado de aluno sem uniforme e sem material escolar.
- c) consumo de drogas nas imediações da escola.
- d) brigas e desentendimentos entre alunos na sala de aula.
- e) alunos portando armas dentro da instituição.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. A questão aborda o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo especial o inciso III:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas pois não correspondem à previsão legal.

10. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; e para garantia desses direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é dever do Estado assegurar



- a) atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- c) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, independentemente da capacidade de cada um.
- d) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino superior.
- e) acesso ao ensino médio obrigatório para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta os deveres do Estado no que diz respeito à educação e assegura o "atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" no inciso VII.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A **alternativa B** está incorreta. Assegura o inciso III o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A **alternativa C** está incorreta. Prevê o inciso V que o acesso aos níveis mais elevados de ensino ocorrerá segundo a capacidade de cada um.



A **alternativa D** está incorreta. O inciso II assegura a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o inciso I, o ensino fundamental (e não o ensino médio) é obrigatório e gratuito.

11. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Ana, que é Diretora de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Peruíbe, verificando que Paulinho não vem comparecendo à Escola há mais de trinta dias, sem justificativa, utilizou todos os recursos escolares possíveis para sanar a situação e evitar a repetência do aluno, porém não obteve sucesso. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Ana deverá comunicar o fato

- a) ao representante legal de Paulinho.
- b) ao defensor público do Município de Peruíbe.
- c) à autoridade judiciária da Vara da Infância e Juventude local.
- d) ao representante do Ministério Público local.
- e) ao Conselho Tutelar.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. O art. 56, II do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes deverão fazer a comunicação do fato ao Conselho Tutelar:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

As **alternativas A, B, C e D** estão incorretas posto que não apresentam o órgão competente ao qual deve ser feita a comunicação.

12. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Considerando-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 – em seu Art. 53, “A criança e o adolescente têm direito _____, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)”.

Assinale a alternativa que completa a lacuna de acordo com a legislação.



- a) à saúde
- b) ao lazer
- c) à cultura
- d) ao esporte
- e) à educação

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: (...)".

13. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Em uma escola de ensino fundamental da rede pública municipal de Peruíbe, o Inspetor de Alunos notou que uma aluna faltava às aulas com bastante frequência. Conversando com um professor, soube que se tratavam de faltas injustificadas e que todos os recursos escolares para a solução do problema já haviam sido esgotados. De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, Art. 56, o dirigente desse estabelecimento de ensino deve comunicar o caso ao

- a) Conselho Tutelar.
- b) Supervisor de Ensino.
- c) Secretário da Educação.
- d) Conselho de Classe e Série.
- e) pai ou responsável pela criança.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 56, II do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes deverão fazer a comunicação do fato ao Conselho Tutelar:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;



III - elevados níveis de repetência.

As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas posto que não apresentam o órgão competente ao qual deve ser feita a comunicação.

14. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) No início do ano letivo, em uma escola pública municipal de ensino fundamental, estavam sendo definidas as propostas educacionais. O pai de uma adolescente, regularmente matriculada nessa escola, compareceu e queria participar da definição das propostas educacionais, mas foi impedido de participar pelo diretor da escola. Conforme a Lei Federal nº 8.069/90, art. 53, é correto afirmar que

- a) o diretor da escola cometeu um erro, pois os pais têm o direito de participar da definição das propostas educacionais.
- b) a participação na definição das propostas educacionais fica reservada apenas aos membros do Conselho de Classe e Série.
- c) o diretor da escola agiu corretamente, pois é direito dos membros do corpo docente participar da definição das propostas educacionais.
- d) a lei assegura aos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, sem fazer menção de sua participação na definição das propostas educacionais.
- e) os pais ou responsáveis têm acesso às propostas educacionais após sua definição pela escola, mas não têm direito de intervir em sua construção.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O parágrafo único do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que "*é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.*" Logo, o diretor da escola cometeu um erro.

A **alternativa B** está incorreta. A participação não fica restrita aos membros do Conselho, mas é estendida aos pais e responsáveis.

A **alternativa C** está incorreta. Como visto, o direito da escola cometeu um erro pois os pais e responsáveis também têm direito a participar da definição das propostas educacionais.

A **alternativa D** está incorreta. A lei assegura a ciência do processo pedagógico e a participação da definição das propostas educacionais.

A **alternativa E** está incorreta. Os pais ou responsáveis podem participar da definição das propostas educacionais.



15. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) No que concerne ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que

- a) a criança e o adolescente têm direito à educação, sendo, entretanto, vedado a estes contestar quaisquer critérios avaliativos.
- b) é dever do Estado ofertar ensino noturno regular, adequado às condições da criança e do adolescente trabalhador.
- c) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito não é considerado um direito público subjetivo.
- d) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- e) é dever dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, sendo, entretanto, vedada a participação na definição das propostas educacionais.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, exatamente como prescreve o art. 54, §2º:

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

A **alternativa A** está incorreta. O art. 53, III do ECA assegura à criança e ao adolescente o direito de contestar critérios avaliativos podendo, inclusive, recorrer às instâncias escolares superiores.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

A **alternativa B** está incorreta. Recorde-se que criança não pode trabalhar, de modo que tal direito é reservado ao adolescente trabalhador, como prevê o art. 54, VI do Estatuto: "É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador."

A **alternativa C** está incorreta. De acordo com o art. 54, §1º do ECA: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo."

A **alternativa E** está incorreta. Nos termos do parágrafo único do art. 53: "É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais."



16. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Eduardo, inscrito no concurso para Inspetor de Alunos promovido pelo município de Olímpia, participou de um encontro sobre “educação inclusiva” desenvolvido por uma ONG. Assim, Eduardo tomou conhecimento de que a educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, pois as diferenças não são vistas como obstáculos, mas tão somente como diversidades. Tomou conhecimento, também, que esse direito está garantido pela Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 54.

De acordo com esse artigo, “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente

- a) em escolas especiais”.
- b) em classes especiais”.
- c) na rede regular de ensino”.
- d) em classes comuns, regidas por especialistas”.
- e) em salas especiais anexas às escolas da rede regular de ensino”.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O ECA, no inciso III do art. 54, estabelece como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

17. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Em relação à concepção democrática da escola, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069/1990, aborda os direitos da participação da comunidade em assuntos da gestão escolar. Segundo o seu artigo 53, parágrafo único, os pais/responsáveis usufruem o direito de ter “ciência do processo pedagógico, bem como

- a) participar de todas as reuniões pedagógicas”.
- b) participar da definição das propostas educacionais”.
- c) supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos docentes”.
- d) decidir sobre os critérios de avaliação das diferentes disciplinas”.
- e) participar dos Conselhos de Classe, decidindo o futuro educacional dos alunos”.

Comentários



A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O parágrafo único do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que "*é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.*"

18. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Preparando-se para o concurso de Inspetor de Alunos, promovido pelo Município de Olímpia, Andréa tomou conhecimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 1990, constitui, para os brasileiros, o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. No quesito relativo à valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade, o ECA dispõe, nº art. 58, que "*No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes*

- a) um currículo diversificado, que abarque temas das diversas culturas que compõem a nação brasileira".
- b) a liberdade de escolha e o acesso às tecnologias voltadas à disseminação da cultura".
- c) atividades extraclasse que possam atender aos interesses da maioria dos alunos".
- d) disciplinas optativas, que atendam às origens culturais de cada aluno".
- e) a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura".

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "*No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.*"

19. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Márcia é diretora de uma escola de ensino fundamental e percebeu que um aluno de 9 anos apresentava diariamente manchas roxeadas na pele e alguns ferimentos superficiais. Conversando com o estudante, este lhe disse que não tinha, nem brincava com animais como gatos e cães, tampouco alguém na escola o havia machucado. Nesse caso, Márcia classificou esse episódio como suspeita de maus tratos, envolvendo o aluno, e encaminhou o fato ao Conselho Tutelar. A atitude dessa dirigente, de acordo com o art. 56 da Lei nº 8.069, de 1990 (ECA), está

- a) errada, porque ocorrências desse tipo devem ser comunicadas ao Ministério Público.
- b) correta, pois é seu dever comunicar ao Conselho Tutelar esse tipo de ocorrência.
- c) errada, porque esses casos devem ser conversados e resolvidos apenas com os pais ou responsáveis.
- d) errada, porque, enquanto diretora, não deve se envolver em situações desse tipo.
- e) parcialmente correta, porque deve conversar com o aluno para averiguar o problema, porém, jamais comunicar a algum órgão.



Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O art. 56, I do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes deverão fazer a comunicação do fato ao Conselho Tutelar:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Desse modo, observa-se que a atitude de Márcia, diretora da escola, está correta e amparada legalmente.

20. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Considere as situações a seguir para responder à questão.

I. Júlio tem 16 anos e frequenta a escola à noite, pois trabalha durante o dia.

II. Mara tem 52 anos e cursa a Educação de Jovens e Adultos porque precisou interromper seus estudos quando jovem.

III. Beatriz nasceu há um mês e foi impedida de ser matriculada na creche em função de sua idade.

IV. Pedro tem 10 anos e a escola pública onde estuda exige que seus pais paguem uma mensalidade.

Diante do exposto, os estudantes cuja situação descrita está garantida pela Lei no 8.069 de 1990 (ECA), art. 54, são

- a) Pedro e Júlio.
- b) Beatriz e Pedro.
- c) Júlio e Mara.
- d) Júlio, Pedro e Beatriz.
- e) Júlio, Mara e Beatriz.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Para responder corretamente à questão, vamos recordá-lo primeiramente do art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, analisaremos as situações apresentadas pelas afirmativas:



Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

I. Júlio, com 16 anos, tem seu direito assegurado no inciso VI visto que é adolescente trabalhador e, por isso, estuda à noite.

II. Mara tem seu direito à educação consubstanciado na Educação de Jovens e Adultos, uma manifestação do inciso I que garante o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

III. Beatriz, por força do inciso IV, poderia ter sido matriculada para atendimento em creche.

IV. Pedro, de acordo com o inciso I, tem direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, ou seja, não é correta a exigência de pagamento de mensalidade.

21. (UNESP/Pref. Olímpia - 2019) Paulo é um jovem de 19 anos que deixou de frequentar a escola na idade própria, referente ao ensino fundamental, em decorrência de morar na zona rural junto de seus pais que lá trabalhavam. Agora, ele quer voltar a estudar e, por isso, procurou uma escola pública que lhe propôs uma estrutura de curso com seriação, calendário e metodologia diferentes do ensino regular. De acordo com a Lei nº 8.069 de 1990 (ECA), art. 57, Paulo

a) deverá se matricular em uma escola de ensino privado que aceita situações diferenciadas de currículo.

b) perderá tempo estudando nas condições descritas, porque essas alterações prejudicam o aprendizado.



- c) permanecerá sem estudar, pois a lei citada impede as pessoas excluídas do ensino fundamental obrigatório de prosseguir seus estudos.
- d) poderá voltar a estudar nessa escola porque a lei permite alterações de seriação, calendário e metodologia, dentre outras, nesse caso.
- e) deverá voltar a estudar, porém, somente com alterações no calendário e no sistema de avaliações.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 57 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório." Desse modo, não há qualquer óbice para que Paulo retome seus estudos na escola desejada.

As **alternativas A, B, C e E** estão incorretas, pois não se adequam à previsão legal do Estatuto.

22. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Com base no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), casos de maus-tratos envolvendo os alunos e de elevados níveis de repetência deverão ser comunicados pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental

- a) ao Conselho Tutelar.
- b) ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) à autoridade judiciária da comarca ou foro regional.
- d) ao Ministério Público.
- e) à Autoridade Central Estadual.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 56, incisos I e III do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes deverão fazer a comunicação do fato ao Conselho Tutelar:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.



23. (VUNESP/Pref. SJRP - 2019) Uma das transformações trazidas pela mobilização popular da década de 1980 foi a conquista da condição cidadã para a criança e o adolescente, promulgada no ECA. Nessa direção, o Estatuto dedica diferentes artigos na especificação dos direitos legalmente previstos. Assim, é que o ECA prevê o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima à residência da criança ou do adolescente. Ampliando essa perspectiva, o art. 56 determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, esgotados os recursos escolares, os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, e, também,

- a) incidência de baixo desempenho.
- b) desrespeito ao regulamento escolar.
- c) ocorrências de agressões.
- d) envolvimento com drogas.
- e) elevados níveis de repetência.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Para responder à questão, vejamos a disposição do art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

24. (VUNESP/Pref. Cerquilha - 2019) De acordo com o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar atendimento, através de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde para estudantes

- a) com baixo poder aquisitivo.
- b) internados em ambiente hospitalar.
- c) residentes em comunidades quilombolas.
- d) do ensino fundamental.
- e) com necessidades educacionais especiais.



Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 54, inciso VII do Estatuto da Criança e do Adolescente: "*É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*"

25. (VUNESP/Pref. Cerquillo - 2019) Ao chegar na escola com vários vergões vermelhos e marcas de cinta nas costas, um aluno de 5 anos contou que por conta de um ato de indisciplina (ofender com palavrões seu avô) ele foi castigado por sua mãe. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), ao tomar ciência de situações como essa

- a) a escola não deve tomar medida, alguma, pois o castigo ocorrido fora da escola, se deu para educar o garoto.
- b) os profissionais devem, obrigatoriamente, comunicar o fato ao Conselho Tutelar.
- c) a única medida cabível à escola, é a de conversar com o aluno orientando sobre a inconveniência de seu ato.
- d) a instituição escolar deve elaborar um projeto de trabalho sobre a importância de respeito aos "mais velhos".
- e) os profissionais precisam ignorar o fato, uma vez que ocorreu fora da escola, no seio da família.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O art. 56, incisos I do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes deverão fazer a comunicação do fato ao Conselho Tutelar:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

26. (VUNESP/Pref. Cerquillo - 2019) De acordo com o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o direito à educação de crianças e adolescentes deve assegurar-lhes

- a) que as punições advindas de ato de indisciplina escolar, por parte daqueles que são encarregados de sua educação sejam de caráter vexatório e não incluam castigos físicos.



- b) direito a atividade laboral, sempre que seus genitores, carente de recursos financeiros para subsistência, acompanharem a atividade em tempo integral.
- c) oferta de atendimento médico especializado, dentro do Conselho Tutelar de sua cidade, em particular para casos clínicos complexos e de assistência à drogadição.
- d) vaga em estabelecimento público gratuito, em tempo integral, para todos alunos em idade escolar de educação básica.
- e) acesso à escola pública e gratuita, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Prevê o art. 53, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."

As **alternativas A, B, C e D** estão incorretas e não encontram fundamento no art. 53 do Estatuto.

27. (VUNESP/Pref. Campinas - 2019) O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, expressamente, que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

- a) violência contra o corpo docente.
- b) reclamações quanto à qualidade do ensino.
- c) comportamentos inadequados.
- d) fraco desempenho escolar.
- e) elevados níveis de repetência.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Para responder à questão, vejamos a disposição do art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;



II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

28. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Ana, uma professora de Arte na Rede Municipal de Francisco Morato, aproveitando as notícias veiculadas na mídia sobre a exposição das obras de Tarsila do Amaral no MASP, propôs aos seus alunos do 6º ano do ensino fundamental, dentro da abordagem triangular, fazer uma apreciação de uma reprodução da obra Abaporu da artista. Ao receber seu trabalho corrigido, um aluno não concordou com a avaliação feita pela professora e a questionou. A professora foi até à Diretora da Escola para reclamar de tal absurdo. A Diretora, com base no artigo 53 da Lei Federal nº 8.069/1990, ponderou que a criança

- a) tem direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- b) deve respeito aos professores, não devendo questionar a autoridade do professor e, portanto, deverá ser repreendida.
- c) deve ser considerada ingênua em seu comentário sobre a avaliação de seu trabalho feita pela professora.
- d) está correta ao questionar a professora, pois não deve ter entendido a sua proposta de avaliação.
- e) tem direito de igualdade em relação aos seus colegas que receberam notas maiores, visto que todos têm os mesmos direitos perante a lei.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Para responder adequadamente, o candidato deveria recordar-se da previsão do art. 53, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas e não se adequam à disposição legal apresentada pelo ECA.



29. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Helena e Roger, candidatos a Auxiliares de Atendimento Educacional no município de Francisco Morato, ao analisarem juntos o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal no 8.069/90, perguntaram-se onde encontrariam, nessa Lei, algo que correspondesse a ter postura como educador. Após leitura atenta, concordaram que essa postura equivaleria àquela que cumpre o que determina o art. 58 do ECA: "No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se, a esses, a liberdade da criação e o acesso às fontes de

- a) prazer".
- b) cultura".
- c) riqueza".
- d) sucesso".
- e) produtividade".

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 58 do Estatuto da Criança e do adolescente: "No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura."

30. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) No capítulo IV do ECA, estabelece-se o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. O art. 59, contido nesse capítulo, determina que os municípios, com apoio _____, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) das famílias
- b) da comunidade
- c) dos professores
- d) da gestão educacional
- e) dos estados e da União

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 59 do Estatuto da Criança e do adolescente: "Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude."



31. (VUNESP/Pref. São Roque - 2019) A escola X é reconhecida na região sul da cidade de São Roque como uma instituição de qualidade. A família Souza matriculou sua filha mais velha no 4º ano do ensino fundamental I, mas não conseguiu vaga para matricular o filho mais novo no 1º ano do ensino fundamental. Diante da situação, a diretora informou-lhes que deveriam esperar o próximo ano para avaliar a possibilidade de surgimento de vaga. A família Souza, inconformada com a decisão da diretora, consultou o supervisor de ensino Josias. Com fundamento na Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), artigo 53, V o supervisor decidiu corretamente que

- a) o caso não é de sua competência profissional e, portanto, deve ser submetido ao conselho tutelar do município.
- b) havendo transporte escolar, os irmãos podem ser matriculados em escolas distintas, desde que na mesma região.
- c) o caso não é de sua competência profissional e, portanto, deve ser submetido ao Ministério Público Estadual.
- d) havendo transporte escolar, os irmãos podem ser matriculados em escolas distintas, em distância não superior a 10 km uma da outra.
- e) se devem garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Comentários

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 53, V do Estatuto da Criança e do Adolescente: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."

As **alternativas A, B, C e D** estão incorretas pois não correspondem adequadamente à previsão legal aplicável ao tema.

32. (VUNESP/Pref Piracicaba - 2019) José, um professor da rede municipal de Piracicaba, tendo se candidatado para concorrer como membro do Conselho Tutelar do Município nas eleições havidas em outubro/ 19, procurou conhecer melhor o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no 8.069/1990).

Assinale a alternativa que corresponde a uma das atribuições do Conselho Tutelar previstas no artigo 136 da referida lei.

- a) Aplicar aos pais a suspensão do poder familiar em decorrência de maus-tratos constantes em seus filhos.



- b) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.
- c) Instaurar sindicâncias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- d) Aplicar advertência aos pais ou responsável sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados.
- e) Impetrar mandado de segurança na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. As atribuições do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o inciso II permite que ao atender e aconselhar os pais ou responsável, o conselheiro aplique a medida de advertência (art. 129, VII):

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

VII - advertência;

As **alternativas A, B, C e E** estão incorretas posto que não apresentam atribuições do Conselho Tutelar e sim da autoridade judicial ou do membro do Ministério Público.

33. (VUNESP/Pref Itapevi - 2019) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, bem como encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente, conforme art. 136 da Lei nº 8.069, de 1990, são consideradas atribuições

- a) da família da criança e/ou adolescente.
- b) do poder executivo do município.
- c) do juizado da infância e juventude.
- d) da gestão da escola.
- e) do Conselho Tutelar.

Comentários



A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. As medidas apresentadas no comando da questão estão positivadas nos incisos III, "a" e IV do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente como atribuições do Conselho Tutelar:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

34. (VUNESP/Pref Peruíbe - 2019) De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, art. 136, entre outras, é atribuição do Conselho Tutelar

- a) contratar e arcar com as despesas de tratamento psicológico de criança ou adolescente vítima de agressões.
- b) determinar a perda da guarda da criança ou adolescente vítima de maus-tratos.
- c) fornecer material didático-escolar, transporte e assistência à saúde para criança ou adolescente vulnerável.
- d) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- e) realizar o tratamento psiquiátrico de pais ou responsáveis alcoólatras e toxicômanos.

Comentários

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O art. 136, VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que "são atribuições do Conselho Tutelar: requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário."

As **alternativas A, B, C e E** estão incorretas pois não correspondem a atribuições do Conselho Tutelar.

35. (VUNESP/Pref Peruíbe - 2019) De acordo com o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do conselho tutelar, dentre outras, a de

- a) garantir a frequência de todos os alunos às aulas.



- b) prestar serviços nas áreas de saúde, educação, serviço social, trabalho e segurança dos programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- c) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- d) emitir certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente.
- e) destituir o poder paterno sempre que comprovar abandono ou maus tratos.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O art. 136, V do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que “são atribuições do Conselho Tutelar: encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.”

A **alternativa A** está incorreta. Nos termos do art. 54, §3º do ECA: “Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.”

A **alternativa B** está incorreta. O Conselho Tutelar, de acordo com o art. 136, III, “a”, poderá requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.”

A **alternativa D** está incorreta. O Conselho Tutelar, por expressa previsão do inciso VIII do art. 136, poderá requisitar (e não expedir) certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.

A **alternativa E** está incorreta. A destituição do poder familiar é competência privativa da autoridade judiciária competente.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

- ↪ Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses de situação irregular;
- ↪ Atender e aconselhar os pais ou responsável;
- ↪ Promover a execução de suas decisões;
- ↪ Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- ↪ Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- ↪ Providenciar a medida de proteção, estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional;
- ↪ Expedir notificações;
- ↪ Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- ↪ Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- ↪ Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de comunicação social da Constituição Federal;



↳ Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

36. (VUNESP/Pref SJRP - 2019) JCS, 16 anos, mora com a família, na periferia de uma grande metrópole. A mãe, trabalha como diarista; o pai, desempregado há 2 meses, recebe seguro desemprego, entretanto não consegue suprir as necessidades familiares. Dependente de álcool, frequenta reuniões do AA, porém, reiteradas vezes, dada a abstinência, mostra-se agressivo e violento com a família. Por sua vez, JCS falta constantemente à escola, tem seu rendimento prejudicado e vive às voltas com sua turminha, sem motivação para os estudos. Ao tomar conhecimento dessa situação, seu pai, acometido de forte crise, agride-o até que desfaleça. É nesse momento que chega sua tia e depara-se com a cena. Entre sentimento de pânico e de ajuda, carrega o adolescente, com o apoio da vizinhança, e o conduz ao Conselho Tutelar. Lá chegando, de imediato, foi atendida, e o conselheiro de plantão, conforme atribuições que lhe são devidas,
- requisitou serviços públicos na área de saúde.
 - procedeu sua colocação em família substituta.
 - aplicou medida socioeducativa em meio aberto.
 - permaneceu no aguardo de ambulância.
 - determinou imediata apreensão do pai.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O Conselho Tutelar, de acordo com o inciso III do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá requisitar serviços públicos na área de saúde:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

As **alternativas B, C, D e E** estão incorretas pois não são atribuições do Conselho Tutelar.

37. (VUNESP/Pref SJRP - 2019) A Sra. MLA comparece ao Conselho Tutelar, atendendo convocação desse órgão, em virtude de denúncia de negligência em relação a suas duas filhas. Trabalhando como diarista e sem conseguir vaga em creche, deixa as crianças sozinhas em casa, contando apenas com uma vizinha, para situações de emergência. Compõe à denúncia a informação de que as crianças necessitam de alimentação, roupas e remédios. A Sra. MLA mostra



-se bastante assustada, pois essa mesma vizinha a alertou que as crianças podem ser encaminhadas para abrigo ou família substituta pelo Conselho Tutelar. Inconformado com a situação, o Conselheiro Tutelar, responsável pelo atendimento, representa ao Ministério Público para efeito de suspensão do poder familiar. Por contrariar interesse de MLA, ela solicitará revisão da decisão, conforme art. 137 do ECA,

- a) à autoridade judiciária.
- b) ao conselho de direitos.
- c) ao tutor nomeado.
- d) ao gestor do programa.
- e) ao legislativo local.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.”

As **alternativas B, C D e E** estão incorretas pois não apresentam corretamente o legitimado para rever as decisões do Conselho Tutelar.

38. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) Entre as principais mudanças introduzidas pelo ECA, destaca-se a nova feição dada ao Ministério Público, alçado a guardião dos direitos infanto-juvenis e legitimado para propor medidas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Também compõe essas mudanças a instituição dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos, instrumentos capazes de transformar a lei em realidade e operar a mudança social pretendida pelo legislador. Em se tratando de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, o Conselho Tutelar tem, entre suas atribuições junto ao Poder Executivo local, a seguinte:

- a) assessorar sua elaboração.
- b) apresentar suas demandas.
- c) rever decisão judicial.
- d) definir estratégias de comunicação.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O art. 136, IX do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como uma das atribuições do Conselho Tutelar: “*assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.*”



As **alternativas B, C e D** estão incorretas pois não apresentam atribuições do Conselho Tutelar junto ao Poder Executivo local.

39. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) O Conselho Tutelar atua em duas frentes de ação, igualmente importantes: uma fiscalizando entidades, mobilizando sua comunidade, cobrando as responsabilidades dos devedores do atendimento de direitos à criança e ao adolescente e à sua família; e outra agindo diante da violação consumada, defendendo e garantindo a proteção especial preconizada no ECA. Entre as atribuições do Conselheiro Tutelar previstas no artigo 136 do ECA, está a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto expedir

- a) certidões negativas.
- b) notificações.
- c) laudos periciais.
- d) avaliações.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O art. 136, VII do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como uma das atribuições do Conselho Tutelar a expedição de notificações.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

VII - expedir notificações.

As **alternativas A, C e D** estão incorretas e não correspondem à previsão legal adequada.

40. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) Os castigos, a punição física e os espancamentos de crianças eram justificativas de cuidados dos pais para que seus filhos não recebessem más influências, acreditando-se que as crianças poderiam ser moldadas de acordo com os desejos dos adultos. A despeito dos avanços históricos em relação à ruptura com tais procedimentos, um grande contingente de crianças ainda é vítima da violência e de maus-tratos. O ECA, em seu artigo 18-A, define que a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. É atribuição do Conselho Tutelar (ECA, artigo 136, X) promover e incentivar ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, na comunidade e

- a) junto às próprias crianças.
- b) nos demais conselhos.
- c) nos grupos profissionais.



d) junto às famílias.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Nos termos do art. 136, XII do Estatuto da Criança e do Adolescente: “São atribuições do Conselho Tutelar: XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.”

As **alternativas A, B e D** estão incorretas e não se encaixam adequadamente à previsão contida no ECA.

41. (VUNESP/TJRS - 2018) Em relação ao poder familiar, é correto afirmar:

- a) a condenação criminal do pai ou da mãe, por crime doloso praticado contra a vida, implicará na destituição do poder familiar.
- b) é atribuição do Conselho Tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- c) o consentimento dos pais, detentores do poder familiar, nos pedidos para colocação em família substituta, é retratável até a data da realização da audiência judicial, sendo vedado aos pais exercerem o arrependimento após a prolação da sentença de extinção do poder familiar.
- d) a falta ou a carência de recursos materiais como motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar deve ser comprovada mediante o devido processo legal perante a autoridade judiciária competente.
- e) no procedimento para suspensão ou perda do poder familiar é obrigatória a oitiva dos pais sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido, ressalvados os casos de não comparecimento perante a Justiça quando devidamente citados ou estiverem privados de liberdade.

Comentários

Analisemos alternativa por alternativa:

A **alternativa A** está incorreta. Não basta que seja crime contra a vida. Tem que se tratar de crime contra o próprio filho ou filha (art. 23, § 2º, do ECA):

§ 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.



A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 136, XI, é atribuição do Conselho Tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

A **alternativa C** está incorreta. O consentimento é retratável até a data da realização da audiência judicial, porém os pais ainda podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar (art. 166, § 5º, do ECA).

A **alternativa D** está incorreta. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar (art. 23, *caput*, do ECA).

A **alternativa E**, por fim, está incorreta. Ainda que os pais estejam privados de liberdade é obrigatória a sua oitiva, que ocorrerá mediante requisição à autoridade competente para apresentação (art. 161, § 4º, do ECA).

LISTA DE QUESTÕES

FCC

1. (FCC / SEDU ES - 2022) Murilo é um adolescente de 15 anos que cursa o 1º ano do Ensino Médio. Ele é um aluno que participa muito das aulas, realizando perguntas aos professores e trazendo experiências de seu cotidiano com a intenção de exemplificar sua compreensão sobre o que está sendo estudado. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a escola e seus profissionais devem

- A) desconsiderar os exemplos de Murilo, pois não tratam do currículo formal.
- B) ouvir os exemplos de Murilo e colocá-los em conversa com os assuntos tratados na escola.
- C) explicar para Murilo que o conteúdo tratado na escola se diferencia de sua experiência na vida pessoal.
- D) solicitar que Murilo leia mais e realize pesquisas para problematizar suas opiniões.
- E) convocar a família de Murilo para entender a origem de suas experiências.

2. (FCC/Pref. Recife - 2022) NÃO faz parte das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- B) Suspender ou destituir o poder familiar encaminhando a criança ou o adolescente para a medida de adoção conforme as orientações do cadastro nacional de adoção vigente no país.



- C) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- D) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- E) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

3. (FCC/TJ-MA - 2019) De acordo com a legislação, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Faz parte da atribuição desse órgão

- a) prestar assistência direta às crianças, aos adolescentes e suas famílias.
- b) constituir-se como um programa de atendimento às crianças e aos adolescentes.
- c) configurar-se como executor da prestação direta de serviços necessários à efetivação dos direitos da criança e do adolescente.
- d) caracterizar-se como uma entidade de atendimento direto, pelo fato de ser um órgão autônomo e não jurisdicional.
- e) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

4. (FCC/ TRT-1ªR - 2016) As decisões dos Conselhos Tutelares poderão ser

- a) executadas com representação ao Poder Executivo.
- b) por ele executadas, requisitando serviços públicos de saúde e educação.
- c) executadas mediante representação ao Ministério Público.
- d) revistas por ato da autoridade do Poder Executivo.
- e) executadas com requisição de serviços públicos de qualquer natureza.

VUNESP

5. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Entre as atribuições do cargo de Auxiliar de Atendimento Educacional (AAE), está a de criar um ambiente de acolhimento, que dê segurança e confiança às crianças, garantindo-lhes oportunidades para o seu desenvolvimento integral. Nessa perspectiva, encontramos no art. 18 da Lei nº 8.069/90 (ECA) que "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor". Levando-se em conta tanto a alegada atribuição do cargo quanto o que está disposto no art. 18 da Lei nº 8.069/90, quando houver conflitos ou problemas de disciplina entre alunos, o AAE deverá, como primeira medida,

- a) escutá-los e principiar um diálogo, buscando compreender o ocorrido.
- b) repreendê-los na frente de todos os colegas e direcioná-los, em seguida, à diretoria.



- c) criticá-los verbalmente e mantê-los longe uns dos outros, evitando que conversem entre si.
- d) avisar rispidamente os alunos envolvidos no conflito de que o ocorrido será, de imediato, reportado aos pais.
- e) chamar um professor para que este, no gozo de sua autoridade, censure verbalmente os alunos e decida qual punição dar a eles.

6. (VUNESP/Pref. Piracicaba - 2020) Conforme o artigo 53 da Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. De acordo com o inciso V desse mesmo artigo, é assegurado à criança e ao adolescente o acesso à escola pública e gratuita,

- a) na instituição de ensino e no horário escolhidos pela família, desde que a instituição esteja localizada na cidade de residência do aluno.
- b) próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- c) em jornada de tempo integral, a ser garantida até o ano de 2024, além do acesso a material didático e alimentação durante o tempo de permanência na escola.
- d) bem como a garantia de transporte escolar gratuito a todos os educandos da educação básica que residam a mais de um quilômetro e meio de distância da escola.
- e) sendo asseguradas vagas no mesmo estabelecimento exclusivamente a irmãos gêmeos ou irmãos de criança com deficiência, menores de 12 anos, desde que estejam matriculados no mesmo ciclo do ensino fundamental.

7. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) Mirela, aluna do 6º ano de uma escola de Itapevi, procurou a diretora para conversar sobre três assuntos:

- a. que a diretora converse com a professora de Geografia, tendo em vista que ela está desrespeitando um aluno de forma recorrente;
- b. questionar os critérios avaliativos das provas adotados pelo professor de Matemática;
- c. propor a organização de um grêmio estudantil.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- a) os três pedidos de Mirela são procedentes e a diretora pode acatá-los porque estão assegurados pela Lei nº 8.069, de 1990 (ECA).
- b) Mirela está equivocada, pois seus pedidos não estão garantidos por nenhuma lei, e os dois primeiros desrespeitam o poder de liderança do professor.
- c) a Lei nº 8.069, de 1990 (ECA), não menciona a possibilidade de os alunos organizarem entidades estudantis, tampouco de questionarem procedimentos de avaliação dos docentes.



d) o professor não pode ter os critérios de avaliação de provas questionados, mas a formação do grêmio estudantil é possível, pois é respaldada pela Lei nº 8069, de 1990 (ECA).

e) a forma como o professor trata o aluno faz parte de sua metodologia de ensino, não cabendo interferências. Os dois outros pedidos poderão ser atendidos, em função da Lei nº 8.069, de 1990 (ECA).

8. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que está de acordo com os artigos 53 e 54 da Lei Federal nº 8.069, de 1990, (Eca).

a) Júlia, uma criança de 8 anos com deficiência visual, foi impedida de ser matriculada em uma escola regular, porque o atendimento educacional para portadores de deficiência só pode ser feito em escola de educação especial.

b) Kleber, aluno de 13 anos, foi suspenso de uma escola regular por criticar o critério de avaliação do professor de História.

c) Suzana, uma adolescente de 14 anos, estuda em uma escola pública bem distante de sua residência, porque ao matricular-se foi informada de que não podia estudar na escola pública próxima a sua casa.

d) Orestes tem 17 anos e trabalha durante a noite. Ao buscar matricular-se no curso noturno, foi impedido por ser muito jovem.

e) Maíra tem 15 anos e espírito de líder. Organizou em sua escola um grêmio estudantil e constantemente faz reuniões com os colegas e com a direção para atuar nas melhorias da unidade escolar.

9. (VUNESP/Pref. Itapevi - 2019) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90) determina que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. A lei diz que o governo precisa controlar quantas crianças estão na escola, fazer a chamada todos os dias e, junto como os pais, cuidar para que a criança não fique faltando à aula. Em seu artigo 56, afirma que os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

a) elevados níveis de repetência.

b) comparecimento reiterado de aluno sem uniforme e sem material escolar.

c) consumo de drogas nas imediações da escola.

d) brigas e desentendimentos entre alunos na sala de aula.

e) alunos portando armas dentro da instituição.

10. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; e para garantia desses direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que é dever do Estado assegurar



- a) atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- c) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, independentemente da capacidade de cada um.
- d) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino superior.
- e) acesso ao ensino médio obrigatório para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

11. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Ana, que é Diretora de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Peruíbe, verificando que Paulinho não vem comparecendo à Escola há mais de trinta dias, sem justificativa, utilizou todos os recursos escolares possíveis para sanar a situação e evitar a repetência do aluno, porém não obteve sucesso. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Ana deverá comunicar o fato

- a) ao representante legal de Paulinho.
- b) ao defensor público do Município de Peruíbe.
- c) à autoridade judiciária da Vara da Infância e Juventude local.
- d) ao representante do Ministério Público local.
- e) ao Conselho Tutelar.

12. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Considerando-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 – em seu Art. 53, “A criança e o adolescente têm direito _____, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)”.

Assinale a alternativa que completa a lacuna de acordo com a legislação.

- a) à saúde
- b) ao lazer
- c) à cultura
- d) ao esporte
- e) à educação

13. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) Em uma escola de ensino fundamental da rede pública municipal de Peruíbe, o Inspetor de Alunos notou que uma aluna faltava às aulas com bastante frequência. Conversando com um professor, soube que se tratavam de faltas injustificadas e que todos os recursos escolares para a solução do problema já haviam sido esgotados. De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, Art. 56, o dirigente desse estabelecimento de ensino deve comunicar o caso ao



- a) Conselho Tutelar.
- b) Supervisor de Ensino.
- c) Secretário da Educação.
- d) Conselho de Classe e Série.
- e) pai ou responsável pela criança.

14. (VUNESP/Pref. Peruíbe - 2019) No início do ano letivo, em uma escola pública municipal de ensino fundamental, estavam sendo definidas as propostas educacionais. O pai de uma adolescente, regularmente matriculada nessa escola, compareceu e queria participar da definição das propostas educacionais, mas foi impedido de participar pelo diretor da escola. Conforme a Lei Federal nº 8.069/90, art. 53, é correto afirmar que

- a) o diretor da escola cometeu um erro, pois os pais têm o direito de participar da definição das propostas educacionais.
- b) a participação na definição das propostas educacionais fica reservada apenas aos membros do Conselho de Classe e Série.
- c) o diretor da escola agiu corretamente, pois é direito dos membros do corpo docente participar da definição das propostas educacionais.
- d) a lei assegura aos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, sem fazer menção de sua participação na definição das propostas educacionais.
- e) os pais ou responsáveis têm acesso às propostas educacionais após sua definição pela escola, mas não têm direito de intervir em sua construção.

15. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) No que concerne ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que

- a) a criança e o adolescente têm direito à educação, sendo, entretanto, vedado a estes contestar quaisquer critérios avaliativos.
- b) é dever do Estado ofertar ensino noturno regular, adequado às condições da criança e do adolescente trabalhador.
- c) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito não é considerado um direito público subjetivo.
- d) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- e) é dever dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, sendo, entretanto, vedada a participação na definição das propostas educacionais.

16. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Eduardo, inscrito no concurso para Inspetor de Alunos promovido pelo município de Olímpia, participou de um encontro sobre "educação inclusiva" desenvolvido por uma ONG. Assim, Eduardo tomou conhecimento de que a educação inclusiva



pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, pois as diferenças não são vistas como obstáculos, mas tão somente como diversidades. Tomou conhecimento, também, que esse direito está garantido pela Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 54.

De acordo com esse artigo, “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente

- a) em escolas especiais”.
- b) em classes especiais”.
- c) na rede regular de ensino”.
- d) em classes comuns, regidas por especialistas”.
- e) em salas especiais anexas às escolas da rede regular de ensino”.

17. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Em relação à concepção democrática da escola, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069/1990, aborda os direitos da participação da comunidade em assuntos da gestão escolar. Segundo o seu artigo 53, parágrafo único, os pais/responsáveis usufruem o direito de ter “ciência do processo pedagógico, bem como

- a) participar de todas as reuniões pedagógicas”.
- b) participar da definição das propostas educacionais”.
- c) supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos docentes”.
- d) decidir sobre os critérios de avaliação das diferentes disciplinas”.
- e) participar dos Conselhos de Classe, decidindo o futuro educacional dos alunos”.

18. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Preparando-se para o concurso de Inspetor de Alunos, promovido pelo Município de Olímpia, Andréa tomou conhecimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 1990, constitui, para os brasileiros, o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. No quesito relativo à valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade, o ECA dispõe, nº art. 58, que “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes

- a) um currículo diversificado, que abarque temas das diversas culturas que compõem a nação brasileira”.
- b) a liberdade de escolha e o acesso às tecnologias voltadas à disseminação da cultura”.
- c) atividades extraclasse que possam atender aos interesses da maioria dos alunos”.
- d) disciplinas optativas, que atendam às origens culturais de cada aluno”.
- e) a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”.



19. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Márcia é diretora de uma escola de ensino fundamental e percebeu que um aluno de 9 anos apresentava diariamente manchas roxeadas na pele e alguns ferimentos superficiais. Conversando com o estudante, este lhe disse que não tinha, nem brincava com animais como gatos e cães, tampouco alguém na escola o havia machucado. Nesse caso, Márcia classificou esse episódio como suspeita de maus tratos, envolvendo o aluno, e encaminhou o fato ao Conselho Tutelar. A atitude dessa dirigente, de acordo com o art. 56 da Lei nº 8.069, de 1990 (ECA), está

- a) errada, porque ocorrências desse tipo devem ser comunicadas ao Ministério Público.
- b) correta, pois é seu dever comunicar ao Conselho Tutelar esse tipo de ocorrência.
- c) errada, porque esses casos devem ser conversados e resolvidos apenas com os pais ou responsáveis.
- d) errada, porque, enquanto diretora, não deve se envolver em situações desse tipo.
- e) parcialmente correta, porque deve conversar com o aluno para averiguar o problema, porém, jamais comunicar a algum órgão.

20. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Considere as situações a seguir para responder à questão.

I. Júlio tem 16 anos e frequenta a escola à noite, pois trabalha durante o dia.

II. Mara tem 52 anos e cursa a Educação de Jovens e Adultos porque precisou interromper seus estudos quando jovem.

III. Beatriz nasceu há um mês e foi impedida de ser matriculada na creche em função de sua idade.

IV. Pedro tem 10 anos e a escola pública onde estuda exige que seus pais paguem uma mensalidade.

Diante do exposto, os estudantes cuja situação descrita está garantida pela Lei no 8.069 de 1990 (ECA), art. 54, são

- a) Pedro e Júlio.
- b) Beatriz e Pedro.
- c) Júlio e Mara.
- d) Júlio, Pedro e Beatriz.
- e) Júlio, Mara e Beatriz.

21. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Paulo é um jovem de 19 anos que deixou de frequentar a escola na idade própria, referente ao ensino fundamental, em decorrência de morar na zona rural junto de seus pais que lá trabalhavam. Agora, ele quer voltar a estudar e, por isso, procurou uma escola pública que lhe propôs uma estrutura de curso com seriação, calendário e metodologia diferentes do ensino regular. De acordo com a Lei nº 8.069 de 1990 (ECA), art. 57, Paulo



- a) deverá se matricular em uma escola de ensino privado que aceita situações diferenciadas de currículo.
- b) perderá tempo estudando nas condições descritas, porque essas alterações prejudicam o aprendizado.
- c) permanecerá sem estudar, pois a lei citada impede as pessoas excluídas do ensino fundamental obrigatório de prosseguir seus estudos.
- d) poderá voltar a estudar nessa escola porque a lei permite alterações de seriação, calendário e metodologia, dentre outras, nesse caso.
- e) deverá voltar a estudar, porém, somente com alterações no calendário e no sistema de avaliações.

22. (VUNESP/Pref. Olímpia - 2019) Com base no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), casos de maus-tratos envolvendo os alunos e de elevados níveis de repetência deverão ser comunicados pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental

- a) ao Conselho Tutelar.
- b) ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) à autoridade judiciária da comarca ou foro regional.
- d) ao Ministério Público.
- e) à Autoridade Central Estadual.

23. (VUNESP/Pref. SJRP - 2019) Uma das transformações trazidas pela mobilização popular da década de 1980 foi a conquista da condição cidadã para a criança e o adolescente, promulgada no ECA. Nessa direção, o Estatuto dedica diferentes artigos na especificação dos direitos legalmente previstos. Assim, é que o ECA prevê o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima à residência da criança ou do adolescente. Ampliando essa perspectiva, o art. 56 determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, esgotados os recursos escolares, os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, e, também,

- a) incidência de baixo desempenho.
- b) desrespeito ao regulamento escolar.
- c) ocorrências de agressões.
- d) envolvimento com drogas.
- e) elevados níveis de repetência.

24. (VUNESP/Pref. Cerquillo - 2019) De acordo com o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar atendimento, através de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde para estudantes



- a) com baixo poder aquisitivo.
- b) internados em ambiente hospitalar.
- c) residentes em comunidades quilombolas.
- d) do ensino fundamental.
- e) com necessidades educacionais especiais.

25. (VUNESP/Pref. Cerquilha - 2019) Ao chegar na escola com vários vergões vermelhos e marcas de cinta nas costas, um aluno de 5 anos contou que por conta de um ato de indisciplina (ofender com palavrões seu avô) ele foi castigado por sua mãe. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), ao tomar ciência de situações como essa

- a) a escola não deve tomar medida, alguma, pois o castigo ocorrido fora da escola, se deu para educar o garoto.
- b) os profissionais devem, obrigatoriamente, comunicar o fato ao Conselho Tutelar.
- c) a única medida cabível à escola, é a de conversar com o aluno orientando sobre a inconveniência de seu ato.
- d) a instituição escolar deve elaborar um projeto de trabalho sobre a importância de respeito aos "mais velhos".
- e) os profissionais precisam ignorar o fato, uma vez que ocorreu fora da escola, no seio da família.

26. (VUNESP/Pref. Cerquilha - 2019) De acordo com o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o direito à educação de crianças e adolescentes deve assegurar-lhes

- a) que as punições advindas de ato de indisciplina escolar, por parte daqueles que são encarregados de sua educação sejam de caráter vexatório e não incluam castigos físicos.
- b) direito a atividade laboral, sempre que seus genitores, carente de recursos financeiros para subsistência, acompanharem a atividade em tempo integral.
- c) oferta de atendimento médico especializado, dentro do Conselho Tutelar de sua cidade, em particular para casos clínicos complexos e de assistência à drogadição.
- d) vaga em estabelecimento público gratuito, em tempo integral, para todos alunos em idade escolar de educação básica.
- e) acesso à escola pública e gratuita, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

27. (VUNESP/Pref. Campinas - 2019) O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, expressamente, que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de

- a) violência contra o corpo docente.
- b) reclamações quanto à qualidade do ensino.



- c) comportamentos inadequados.
- d) fraco desempenho escolar.
- e) elevados níveis de repetência.

28. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Ana, uma professora de Arte na Rede Municipal de Francisco Morato, aproveitando as notícias veiculadas na mídia sobre a exposição das obras de Tarsila do Amaral no MASP, propôs aos seus alunos do 6º ano do ensino fundamental, dentro da abordagem triangular, fazer uma apreciação de uma reprodução da obra Abaporu da artista. Ao receber seu trabalho corrigido, um aluno não concordou com a avaliação feita pela professora e a questionou. A professora foi até à Diretora da Escola para reclamar de tal absurdo. A Diretora, com base no artigo 53 da Lei Federal nº 8.069/1990, ponderou que a criança

- a) tem direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- b) deve respeito aos professores, não devendo questionar a autoridade do professor e, portanto, deverá ser repreendida.
- c) deve ser considerada ingênua em seu comentário sobre a avaliação de seu trabalho feita pela professora.
- d) está correta ao questionar a professora, pois não deve ter entendido a sua proposta de avaliação.
- e) tem direito de igualdade em relação aos seus colegas que receberam notas maiores, visto que todos têm os mesmos direitos perante a lei.

29. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) Helena e Roger, candidatas a Auxiliares de Atendimento Educacional no município de Francisco Morato, ao analisarem juntos o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal no 8.069/90, perguntaram-se onde encontrariam, nessa Lei, algo que correspondesse a ter postura como educador. Após leitura atenta, concordaram que essa postura equivaleria àquela que cumpre o que determina o art. 58 do ECA: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se, a esses, a liberdade da criação e o acesso às fontes de

- a) prazer”.
- b) cultura”.
- c) riqueza”.
- d) sucesso”.
- e) produtividade”.

30. (VUNESP/Pref. F Morato - 2019) No capítulo IV do ECA, estabelece-se o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. O art. 59, contido nesse capítulo, determina que os municípios,



com apoio _____, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) das famílias
- b) da comunidade
- c) dos professores
- d) da gestão educacional
- e) dos estados e da União

31. (VUNESP/Pref. São Roque - 2019) A escola X é reconhecida na região sul da cidade de São Roque como uma instituição de qualidade. A família Souza matriculou sua filha mais velha no 4º ano do ensino fundamental I, mas não conseguiu vaga para matricular o filho mais novo no 1º ano do ensino fundamental. Diante da situação, a diretora informou-lhes que deveriam esperar o próximo ano para avaliar a possibilidade de surgimento de vaga. A família Souza, inconformada com a decisão da diretora, consultou o supervisor de ensino Josias. Com fundamento na Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), artigo 53, V o supervisor decidiu corretamente que

- a) o caso não é de sua competência profissional e, portanto, deve ser submetido ao conselho tutelar do município.
- b) havendo transporte escolar, os irmãos podem ser matriculados em escolas distintas, desde que na mesma região.
- c) o caso não é de sua competência profissional e, portanto, deve ser submetido ao Ministério Público Estadual.
- d) havendo transporte escolar, os irmãos podem ser matriculados em escolas distintas, em distância não superior a 10 km uma da outra.
- e) se devem garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

32. (VUNESP/Pref Piracicaba - 2019) José, um professor da rede municipal de Piracicaba, tendo se candidatado para concorrer como membro do Conselho Tutelar do Município nas eleições havidas em outubro/ 19, procurou conhecer melhor o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no 8.069/1990).

Assinale a alternativa que corresponde a uma das atribuições do Conselho Tutelar previstas no artigo 136 da referida lei.

- a) Aplicar aos pais a suspensão do poder familiar em decorrência de maus-tratos constantes em seus filhos.
- b) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.



- c) Instaurar sindicâncias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- d) Aplicar advertência aos pais ou responsável sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados.
- e) Impetrar mandado de segurança na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.

33. (VUNESP/Pref Itapevi - 2019) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, bem como encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente, conforme art. 136 da Lei nº 8.069, de 1990, são consideradas atribuições

- a) da família da criança e/ou adolescente.
- b) do poder executivo do município.
- c) do juizado da infância e juventude.
- d) da gestão da escola.
- e) do Conselho Tutelar.

34. (VUNESP/Pref Peruíbe - 2019) De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, art. 136, entre outras, é atribuição do Conselho Tutelar

- a) contratar e arcar com as despesas de tratamento psicológico de criança ou adolescente vítima de agressões.
- b) determinar a perda da guarda da criança ou adolescente vítima de maus-tratos.
- c) fornecer material didático-escolar, transporte e assistência à saúde para criança ou adolescente vulnerável.
- d) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- e) realizar o tratamento psiquiátrico de pais ou responsáveis alcoólatras e toxicômanos.

35. (VUNESP/Pref Peruíbe - 2019) De acordo com o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do conselho tutelar, dentre outras, a de

- a) garantir a frequência de todos os alunos às aulas.
- b) prestar serviços nas áreas de saúde, educação, serviço social, trabalho e segurança dos programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- c) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- d) emitir certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente.
- e) destituir o poder paterno sempre que comprovar abandono ou maus tratos.

36. (VUNESP/Pref SJRP - 2019) JCS, 16 anos, mora com a família, na periferia de uma grande metrópole. A mãe, trabalha como diarista; o pai, desempregado há 2 meses, recebe seguro



desemprego, entretanto não consegue suprir as necessidades familiares. Dependente de álcool, frequenta reuniões do AA, porém, reiteradas vezes, dada a abstinência, mostra-se agressivo e violento com a família. Por sua vez, JCS falta constantemente à escola, tem seu rendimento prejudicado e vive às voltas com sua turminha, sem motivação para os estudos. Ao tomar conhecimento dessa situação, seu pai, acometido de forte crise, agride-o até que desfaleça. É nesse momento que chega sua tia e depara-se com a cena. Entre sentimento de pânico e de ajuda, carrega o adolescente, com o apoio da vizinhança, e o conduz ao Conselho Tutelar. Lá chegando, de imediato, foi atendida, e o conselheiro de plantão, conforme atribuições que lhe são devidas,

- a) requisitou serviços públicos na área de saúde.
- b) procedeu sua colocação em família substituta.
- c) aplicou medida socioeducativa em meio aberto.
- d) permaneceu no aguardo de ambulância.
- e) determinou imediata apreensão do pai.

37. (VUNESP/Pref SJRP - 2019) A Sra. MLA comparece ao Conselho Tutelar, atendendo convocação desse órgão, em virtude de denúncia de negligência em relação a suas duas filhas. Trabalhando como diarista e sem conseguir vaga em creche, deixa as crianças sozinhas em casa, contando apenas com uma vizinha, para situações de emergência. Compõe à denúncia a informação de que as crianças necessitam de alimentação, roupas e remédios. A Sra. MLA mostra-se bastante assustada, pois essa mesma vizinha a alertou que as crianças podem ser encaminhadas para abrigo ou família substituta pelo Conselho Tutelar. Inconformado com a situação, o Conselheiro Tutelar, responsável pelo atendimento, representa ao Ministério Público para efeito de suspensão do poder familiar. Por contrariar interesse de MLA, ela solicitará revisão da decisão, conforme art. 137 do ECA,

- a) à autoridade judiciária.
- b) ao conselho de direitos.
- c) ao tutor nomeado.
- d) ao gestor do programa.
- e) ao legislativo local.

38. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) Entre as principais mudanças introduzidas pelo ECA, destaca-se a nova feição dada ao Ministério Público, alçado a guardião dos direitos infanto-juvenis e legitimado para propor medidas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Também compõe essas mudanças a instituição dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos, instrumentos capazes de transformar a lei em realidade e operar a mudança social pretendida pelo legislador. Em se tratando de proposta orçamentária para planos e programas de



atendimento dos direitos da criança e do adolescente, o Conselho Tutelar tem, entre suas atribuições junto ao Poder Executivo local, a seguinte:

- a) assessorar sua elaboração.
- b) apresentar suas demandas.
- c) rever decisão judicial.
- d) definir estratégias de comunicação.

39. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) O Conselho Tutelar atua em duas frentes de ação, igualmente importantes: uma fiscalizando entidades, mobilizando sua comunidade, cobrando as responsabilidades dos devedores do atendimento de direitos à criança e ao adolescente e à sua família; e outra agindo diante da violação consumada, defendendo e garantindo a proteção especial preconizada no ECA. Entre as atribuições do Conselheiro Tutelar previstas no artigo 136 do ECA, está a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto expedir

- a) certidões negativas.
- b) notificações.
- c) laudos periciais.
- d) avaliações.

40. (VUNESP/Pref Sorocaba - 2019) Os castigos, a punição física e os espancamentos de crianças eram justificativas de cuidados dos pais para que seus filhos não recebessem más influências, acreditando-se que as crianças poderiam ser moldadas de acordo com os desejos dos adultos. A despeito dos avanços históricos em relação à ruptura com tais procedimentos, um grande contingente de crianças ainda é vítima da violência e de maus-tratos. O ECA, em seu artigo 18-A, define que a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. É atribuição do Conselho Tutelar (ECA, artigo 136, X) promover e incentivar ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, na comunidade e

- a) junto às próprias crianças.
- b) nos demais conselhos.
- c) nos grupos profissionais.
- d) junto às famílias.

41. (VUNESP/TJRS - 2018) Em relação ao poder familiar, é correto afirmar:

- a) a condenação criminal do pai ou da mãe, por crime doloso praticado contra a vida, implicará na destituição do poder familiar.



b) é atribuição do Conselho Tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

c) o consentimento dos pais, detentores do poder familiar, nos pedidos para colocação em família substituta, é retratável até a data da realização da audiência judicial, sendo vedado aos pais exercerem o arrependimento após a prolação da sentença de extinção do poder familiar.

d) a falta ou a carência de recursos materiais como motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar deve ser comprovada mediante o devido processo legal perante a autoridade judiciária competente.

e) no procedimento para suspensão ou perda do poder familiar é obrigatória a oitiva dos pais sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido, ressalvados os casos de não comparecimento perante a Justiça quando devidamente citados ou estiverem privados de liberdade.

GABARITO

1. B	25.B
2. B	26.E
3. E	27.E
4. B	28.A
5. A	29.B
6. B	30.E
7. A	31.E
8. E	32.D
9. A	33.E
10.A	34.D
11.E	35.C
12.E	36.A
13.A	37.A
14.A	38.A
15.D	39.B
16.C	40.C
17.B	41.B
18.E	
19.B	
20.C	
21.D	
22.A	
23.E	
24.D	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.